

**ACTA N.º 3**  
**MANDATO 2009/2013**

Aos catorze dias do mês de Dezembro do ano dois mil e nove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se uma reunião da Assembleia Municipal de Valongo, da Sessão Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Intervenção do público; -----
2. Período antes da ordem do dia; -----

ORDEM DO DIA: -----

1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2009-11-28; -----
2. DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: ---
  - 2.1 Aprovação do regulamento de liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais, e relatório de fundamentação económico-financeira das taxas e outras receitas municipais; -----

3. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente de Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, o Senhor Vice-Presidente, João Paulo Rodrigues Baltazar e os Senhores Vereadores Arnaldo Pinto Soares, Maria da Trindade Morgado do Vale, José Afonso Teixeira Lobão, Luísa Maria Correia de Oliveira, Maria José Baptista de Moura Azevedo e José Pedro Paupério Martins Panzina. -----

Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Membro da Assembleia Municipal Maria Fernando Marques Pereira, tendo sido substituída pelo Membro José Manuel Pereira. -----

O Membro da Assembleia Municipal Alexandre Manuel da Silva Teixeira chegou pelas vinte e duas horas e quinze minutos. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** deu início à reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário António Joaquim Queijo Barbosa** procedeu à chamada dos Senhores Deputados. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** deu a palavra aos Munícipes que pretendessem intervir, não se tendo verificado intervenções. -----

De seguida deu a palavra aos Membros da Assembleia Municipal que pretendessem intervir no período de Antes da Ordem do Dia. -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD, Maria Conceição Ferreira Silva** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.1**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, vinha anunciar que vamos apresentar, no ponto 2.1, uma proposta de abolição de taxas sobre as rampas fixas, e portanto guardarei isso para o momento certo. Já tive o cuidado de entregar o documento na Mesa e penso que já chegou uma cópia aos outros Grupos e depois, nessa altura, poderemos vir aqui discutir em pormenor a proposta em causa. -----

Aproveito para apresentar aqui, à consideração da Mesa, duas propostas, no seguimento da última reunião da Assembleia Municipal. -----

Para aqueles que se lembram do que se passou na última reunião desta Assembleia, entramos numa fase qualitativa do debate político, porque, claramente, a nova lei das taxas criou uma exigência de muito maior transparência, que vai trazer um ganho claro para os munícipes, para as empresas, e para os representantes dos munícipes. -----

Porque obriga a Câmara e as Juntas de Freguesia a demonstrarem com base em estudos económico-financeiros, o porquê das taxas, e porque é que fixam as taxas em determinados valores e não fixam noutros valores. -----

Na última reunião foi aqui aprovada uma proposta, apresentada pelo Grupo Municipal Coragem de Mudar, que mereceu o apoio de todos os Grupos aqui representados no sentido, e passo a ler “recomendar à Câmara, que com carácter de urgência seja criada uma comissão específica, integrando as forças que estão representadas neste espaço, para num prazo de seis meses elaborar uma proposta de revisão estrutural dos regulamentos de taxas actualmente em vigor. -----

O que se passa é que entretanto, na última sexta-feira, e por unanimidade, na Assembleia da República, foi criada uma lei que prorroga a entrada em vigor da lei das taxas até ao dia 30 de Abril, o que é um período inferior a seis meses, e que cria aqui uma pressão em termos de calendário que não devemos ignorar. -----

Nesse sentido, e também porque esta proposta apesar de aprovada por unanimidade, nos gerou algumas dúvidas, o Grupo Municipal do Partido Socialista vem aqui apresentar uma proposta de clarificação do funcionamento desta comissão para a revisão estrutural dos regulamentos de taxas actualmente em vigor.” -----

De seguida fez a leitura de uma Proposta que se anexa à presente acta como **Doc.2.** -----

Leu seguidamente uma Proposta que se anexa à presente acta como **Doc.3.**

“Esta proposta do Partido Socialista surge de forma lógica; se nós temos, *nós* refiro-me à Câmara e às Juntas de Freguesia, uma Lei que cria uma obrigação de enorme transparência para as Autarquias Locais, não é admissível que a empresa que tem a concessão dos serviços públicos não possa justificar, do ponto de vista económico-financeiro, porque é que cobra as taxas, ou tarifas, que cobra, e como é que o faz. -----

Portanto, eu gostava de apelar à consciência de todos. É uma proposta séria, porque dá tempo - dá uns meses largos - à empresa para fazer os estudos económico financeiros e fazer chegar tais estudos aos Deputados Municipais, aos eleitos na Câmara Municipal e, porque não, a toda a população. -----  
Para, de uma vez por todas, percebermos o que vem nas nossas facturas mensais que entram na casa dos Valonguenses.” -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar José Manuel Pereira** fez a seguinte intervenção: -----

“Após a análise que o Grupo Municipal Coragem de Mudar esteve a efectuar no âmbito dos ajustes directos, vou interpelar a Mesa e a Câmara sobre algumas questões efectuadas nesse âmbito. -----

Numa análise um pouco mais detalhada efectuada nos ajustes directos, entre 4 de Setembro de 2008 e 28 de Setembro de 2009, foi possível observar que além de sermos a Câmara do País que mais ajustes directos efectuou, única e exclusivamente secundada pela Câmara Municipal de Lisboa. No mínimo, existem alguns deles que, talvez pelo seu objecto de estudo e financiamento não tenha sido explícito e, daí a razão de indagar a Câmara neste sentido. Gostaríamos de ter explicações mais precisas. -----

Há aqui alguns exemplos, entre muitos apresentados. Existe um ajuste directo, designado pelo 10303, efectuado em Dezembro de 2008 a uma entidade adjudicatária, que é a Areal Editores e refere que a Câmara solicitou a esta entidade a aquisição de mobiliário para diversas cantinas e refeitórios escolares. -----

Não sei se no mínimo isto é suspeito ou se é irónico. Tentei interpretar este ajuste directo como porventura tivesse sido efectuado a uma editora que se chama Areal Editores, adquirindo a esta entidade mobiliário para diversas cantinas e refeitórios escolares. A única coisa que consegui entender é que a partir de agora a Câmara Municipal de Valongo vai servir os JI e escolas EB1, nomeadamente algumas sopas de letras. -----

Só assim é que consigo compreender porque razão é que a uma entidade editora é que se consegue efectuar a adjudicação de objecto de compra de mobiliário. -----

Há aqui uma outra adjudicação; se calhar pela sua forma irónica ou exageradamente precisa, também apresenta algumas imprecisões, e passo a citar: -----

A Câmara Municipal de Valongo adjudica a uma entidade, cujo nome se chama Troca de Impressões, de Sónia Teixeira - Aquisição de convites para eventos. Não entendo esta entidade adjudicatária e acima de tudo esta forma tão original de nome que a entidade tem. -----

Já não vamos falar na questão que, por várias vezes, a Coragem de Mudar trouxe a público, como seja a consultadoria na área de comunicação e serviço de partilha do Portal da Internet. -----

Mas, permita-me ainda, Senhor Presidente, referir aqui um caso que terá que ter também alguma explicação. -----

Como foi possível a esta Câmara Municipal ter adjudicado à entidade Construções e Engenharia, em Maio de 2009, a qualificação e ampliação da escola de Sampaio, em Ermesinde, num determinado valor, 577 mil euros, tendo, no mês anterior - em Abril de 2009 - efectuado a adjudicação, para pintura interior e exterior, da Escola de Sampaio? Repito, qual a razão da obra numa escola ser posta a adjudicação no mês de Maio, e no mês de Abril ter tido intervenções no âmbito de custos efectuados para pintura interior e exterior, da mesma escola? -----

Passaria ainda a um outro caso que é o da Expoval 2009; aquisição de serviços para animar a actividade da Expoval 2009. Há aqui um ajuste directo no valor de 43 mil euros. Rezam as crónicas que o Tony Carreira leva um valor muito superior a este. No mesmo mês, e no mesmo dia, é feita uma outra adjudicação no valor, e para a mesma iniciativa, aquisição de serviços para actividades culturais para animar a Expoval 2009, um outro valor de 9 mil, ou seja: 43 mil, mais 9 mil. -----

Mas, julgo eu, por aqui não irá o gato às filhós! Ainda há mais questões a colocar; o que mais me surpreendeu foi ver que no dia 12 de Junho de 2009 é dada uma adjudicação a uma entidade da produção do Festival da Francesinha de 2009. Custou 41 mil euros, isto no dia 12 de Junho de 2009. Anteriormente, no dia 28 de Maio de 2009, à mesma entidade é adjudicada também uma nova produção do Festival da Francesinha que também custa 41 mil euros e, no mês de Agosto, no âmbito do mesmo festival, a aquisição de serviços para iluminação ambiental do recinto da Festa da Francesinha de 3.800 euros. -----

Isto é o que é que entendemos por produção do festival; duas vezes produzindo o Festival da Francesinha, dá um somatório de 82 mil euros, isto devia ser um festival multiusos. -----

Porventura somos capazes é de não dar de barato a questão dos outdoors. Gostaríamos de entender a razão porque no dia 2 de Julho de 2009 aparece, aluguer de 35 outdoors, 20.000 euros, e no dia 20 de Agosto aparece, aluguer de outdoors para divulgação de informação institucional, 24.960 euros. -----

Depois, e no mesmo dia, um outro ajuste directo em que refere aluguer de outdoors para divulgação de informação institucional 24.960 euros, isto é, partindo do princípio, que não haverá qualquer erro de introdução de registo na base de dados governamental, e não deve ter havido porque os registos do ajuste directo são números diferentes referenciados. -----

A leitura que a mim, e ao Grupo Municipal Coragem de Mudar, é lícito fazer, é que há diferença na adjudicação de outdoors, porque uns outdoors dependiam única e exclusivamente para divulgação institucional, e outros, -aluguer de 35 outdoors - tiveram outra serventia que não a de divulgação institucional. -----

Para terminar vou indagar a Mesa, e a Câmara, sobre a seguinte questão: partindo do princípio que tenha sido um lapso, e sendo um lapso a base de

dados regista-o, foram adjudicadas à entidade Cunha Barroso, Lda., duas empreitadas, e ambas com o mesmo valor 1 milhão 978 mil 787 euros; uma com a adjudicação número 71743, e outra no mesmo valor e à mesma entidade com o número 71799. A empreitada nº 71743 em 27 de Julho de 2009, e a segunda, número 71999, com o valor da primeira foi efectuada a 16 de Julho de 2009 à mesma entidade, ambas por ajuste directo. -----

Além do montante e partindo do princípio que aqui há um mero lapso na repetição da mesma entidade, do mesmo valor, para o mesmo efeito, o que damos de barato, parece-me mau - mas isso é da competência da própria Mesa e desta Assembleia – que, na análise do objecto a ser adjudicado, única e exclusivamente se faça referência que esta verba é para a construção de duas salas de JI, 10 salas de EB1 e mais nada. Não sabemos de que escola é que se trata. -----

Para terminar, Senhor Presidente, permita-me só referenciar o seguinte. Porque já aqui outro Grupo Municipal referenciou, no âmbito da transparência que se pretende e que é exigida às Autarquias, naquilo que foi acabado de referenciar, e no âmbito do observatório das obras públicas o conceito da prevenção da corrupção refere, e passo a citar: -----

Através de deliberação 1377 de 2009, de 14 de Maio, lançada pelo conselho de prevenção da corrupção, reconhece a actividade de risco agravado e recomenda especial atenção para a aquisição de bens e serviços, empreitadas e obras públicas e concessões sem concurso, apela às boas práticas de procedimentos concursais e à tendência do aumento dos poderes discricionários por parte dos decisores públicos, que através do procedimento pré contratual do ajuste directo desvirtua e subverte o espírito da lei.” -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu queria fazer um apelo à Câmara Municipal através do levantamento de uma situação que era a seguinte: -----

A Rua Central da Fervença, é a rua que suporta uma principal parte da zona industrial de Campo, principalmente a zona das Póvoas; é uma rua que está sobrecarregada de trânsito de pesados, porque nessa zona está incluída a Flupol, a Luís Gonçalves, a SPC, Serralharia Couto, e mais empresas. -----

Portanto o trânsito de pesados é de tal ordem, que aquela estrada requer uma atenção permanente, e uma manutenção permanente, tendo em conta que o convite ao acidente é praticamente diário. -----

Eu creio que a construção da Via Distribuidora, virá em parte resolver esse problema mas, daqui até lá, apelava para que a Câmara tivesse a devida atenção. -----

Ainda relacionado com a Via Distribuidora e naturalmente, aquilo que se prevê é que, tão cedo, não esteja concluída. Mas, mesmo assim, as vias de acesso à via em questão, e no que toca muito concretamente à Zona Industrial, ali na zona do Alto da Mina, implicam atenta manutenção, e nomeadamente a Rua Central da Retorta, onde existe uma Escola Primária,

e onde o trânsito de pesados é um autêntico inferno, e um perigo constante para as crianças da escola e para as pessoas ali residentes. Quer dizer que enquanto não forem construídos os acessos definitivos à Via Distribuidora, naturalmente essa situação se vai prolongar. -----

Fazia um apelo à Câmara Municipal de Valongo, tendo em conta que esta não é uma situação nova e já foi trazida aqui à Assembleia Municipal. Apelava pois, para que a Câmara Municipal de Valongo conclua e ponha em prática um estudo prometido sobre um regulamento de trânsito a pesados na Rua Central da Retorta, para pôr fim ao suplício que é para os moradores o trânsito de pesados na Rua Central da Retorta. -----

Também e portanto, valha o que valha, gostaria de dizer aqui que subscrevo as preocupações manifestadas através da intervenção da representante do PSD, a Deputada Maria da Conceição Silva, em relação às questões levantadas em relação à freguesia de Campo, nomeadamente em relação à Estrada nacional nº 15, à nº 108 e à centralidade. Subscrevo totalmente essas preocupações.” -----

De seguida fez a leitura de uma Recomendação que se anexa à presente acta como **Doc.4.** -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.5.** -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Sobrado Carlos Manuel da Rocha Mota** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.6.** -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar José Filipe Pinto Bandeira** fez a seguinte intervenção: -----

“É muito simples aquilo que quero dizer. Prezo muito este Órgão; acho que estão aqui reunidas muitas competências e que têm como característica comum, conhecerem o Município. -----

Eu iria propor - talvez mais que propor - desafiar todos os Grupos Municipais para constituição de um grupo de reflexão estratégico, sobre o que achamos melhor para o futuro possível do concelho de Valongo, o que queremos do concelho de Valongo, quais são as nossas potencialidades e como é que nós podemos tirar delas partido de forma a melhorar a qualidade de vida, e a felicidade de todos os que, por cá, vivem. -----

Eu vivo no Concelho há 13 anos, sou natural do Porto, e tenho de Valongo um conceito de passagem. Certo é que nós, Valongo, somos atravessados por auto-estradas, atravessados pelo caminho-de-ferro, atravessados pelas linhas da REN, tudo nos atravessa, mas cá, valor acrescentado, fica muito pouco. -----

Por outro lado somos um Concelho que está a meia dúzia de quilómetros do Porto, com grande potencial - sobretudo com uma grande Universidade, que é a Universidade do Porto. Acho que temos imensas potencialidades, fazendo uso de um dos grandes activos que eu encontrei neste Concelho que

é a sua população. Hoje em dia a grande maioria dos meus trabalhadores são de cá, estou muito satisfeito; são gente com muita capacidade de trabalho, capacidade de fazer e querer fazer mais. Devemos proporcionar-lhes condições para melhorarem significativamente o seu nível de vida. ----- É o desafio que aqui deixo já que, mais tarde, proporei isso formalmente. Agora foi só para que os diferentes Grupos vão pensando. Acreditem, há-de aparecer um desafio da nossa parte para constituirmos o tal grupo de reflexão.” -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.7**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar João Loureiro de Castro Neves** fez a leitura de uma Moção de Recomendação que se anexa à presente acta como **Doc.8**. -----

De seguida fez a leitura de uma Moção de uma Proposta de Resolução que se anexa à presente acta como **Doc.9**. -----

O Senhor **Vice-Presidente da Câmara João Paulo Rodrigues Baltazar** fez a seguinte intervenção: -----

“Relativamente às questões que foram colocadas ao Executivo, vamos efectivamente dar respostas no que diz respeito às incumbências de cada um. O Dr. Arnaldo Soares falará a seguir sobre outras questões específicas. - No que me cabe gostaria de fazer aqui dois ou três comentários: -----

O Deputado José Manuel Pereira teve a amabilidade de me dar uma cópia do seu documento no que diz respeito aos ajustes directos. O compromisso que estabeleço aqui é de, efectivamente, analisar e responder por escrito para que depois se possa, com equidade, verificar tudo isso. -----

Há aqui alguns casos que aparentemente seriam de resposta simples. Em alguns deles apetecia-me dizer não sei se é sopa de letras ou gadgets de software, mas seja como for o meu compromisso é: tendo em conta que isto foi num mandato onde eu não estive presente, terei todo o cuidado de aferir estas questões, uma a uma e depois responderei. -----

Considero que algumas questões têm a ver com escolas cujos montantes necessariamente e, no âmbito dos respectivos processos serem candidaturas ao QREN e terem que ser geridas como ajustes directos. Todavia e, caso a caso, responderei e ficará tudo elucidado. -----

Depois, e no que me cabe responder, relativamente à intervenção do Senhor Presidente de Junta de Ermesinde, na abordagem aos dois assuntos que colocou: a questão da insegurança, ou falta de segurança, tem toda a nossa sensibilidade e estamos completamente disponíveis para tomar iniciativas, e agrada-nos a postura de parceria assumida pela Junta de Freguesia de Ermesinde. -----

Lembro a esta Assembleia que inclusive no mandato anterior, por mais do que uma vez, apelamos, nomeadamente, ao Governo para incluir, como prioridade, o reforço dos efectivos no Concelho, não sendo menos importante

dar-lhes melhores condições de trabalho.

-----  
Julgo que as condições da Esquadra de Ermesinde da PSP não melhoraram estruturalmente nos últimos tempos, e portanto foi elaborado por nós um documento no qual dissemos claramente ao Governo que essa era uma das grandes prioridades que elencávamos a nível concelhio. Enquanto pouco ou nada for feito, temos que continuar a bater-nos por isso. Conte connosco. -----

Relativamente ao Mercado de Ermesinde efectivamente, e nesta altura, estamos a meio ou seja está a decorrer o concurso de ideias; no mês passado foi fornecido à Ordem dos Arquitectos um conjunto de elementos escritos e gráficos da responsabilidade da Câmara Municipal, para a elaboração do programa de intenções que suportará o concurso. -----

Em Março/Abril de 2010 decorrerá a apresentação das propostas por parte dos concorrentes; durante os meses de Abril e Maio decorrerá a apresentação pública das propostas, e que serão expostas no Fórum de Ermesinde. Haverá ainda a realização de um colóquio que servirá também de auxílio à classificação das próprias propostas e está prevista para Maio - final do mês - a decisão do júri relativamente às propostas. Após as escolhas a Câmara Municipal adjudicará ao vencedor a realização do projecto de requalificação. -----

Será naturalmente nossa intenção, e neste momento não pode passar disso, a inclusão no orçamento de 2010 de uma verba que possa efectivamente suportar já o projecto de requalificação do mercado de Ermesinde. -----

São estes os timings que estão previstos. É um processo que está a decorrer e que nós naturalmente não queremos nem podemos interromper. Contamos ter em meados de 2010 o concurso de ideias encerrado, e estar em condições de adjudicar a realização do projecto de requalificação. -----

Relativamente às várias questões entretanto colocadas no âmbito das vias e arruamentos eu passava a palavra, se o Senhor Presidente me permitir, ao Dr. Arnaldo que iria falar sobre esse assunto.” -----

O Senhor **Vereador Arnaldo Pinto Soares** fez a seguinte intervenção: -----

“Relativamente à freguesia de Campo já todos percebemos que há uma questão que é transversal; falou a Deputada Conceição do PSD, falou o Deputado Adriano da CDU, com certeza que a Coragem de Mudar também pensará a mesma coisa, o Senhor Presidente de Junta de Campo também já falou. A questão transversal é a nova centralidade. -----

Por isso será em conjunto convosco que nós resolveremos o problema. Eu amanhã de manhã já estarei com o Senhor Presidente da Junta, em Campo, mas com certeza que terei todo o prazer de estar com todos, porque é uma questão importante para Campo e é com todos que o futuro se vai construir.

A vossa preocupação é a nossa preocupação, e certamente estaremos todos disponíveis para, no local, discutir melhor este assunto e tentarmos em conjunto encontrar também a melhor solução. -----



Quando a Deputada Conceição Silva se refere à 209, e também à Estrada Nacional 15, e *aqui 209 é uma preocupação comum a Campo e Sobrado*, efectivamente a 209 precisa de uma requalificação urgente em termos de tapete, mas também em termos de segurança. -----

Ainda esta semana estive na 209 e de facto aquilo é extremamente perigoso. As pessoas pedem passadeiras, mas acho que as passadeiras ali ainda criam mais perigo do que aquele que já existe no actual estado da 209. ----- Por isso a 209 é uma preocupação nossa como é a Estrada Nacional 15. Nesta estrada, como toda a gente reparou foi requalificado o seu tapete, que deu bastantes preocupações e chatices, porque a EP resolveu fazer isto de Inverno e foi o caos que todos viram. Mas já é passado e está bem melhor. -- Mas, efectivamente, estas duas estradas nacionais serão uma preocupação nossa, e também será com a opinião de todos que vamos junto da EP dialogar e pressionar para que seja feito aquilo que é necessário e urgente, e definitivamente melhorar a situação actual.

-----  
Ainda e relativamente a Campo, e porque já estive lá algumas vezes a tentar aperceber-me dos seus problemas, de facto na Rua Central da Fervença os residentes de Campo tem sido uns heróis, porque efectivamente há uma via importante que atravessa Campo e está submetida a uma tremenda carga de trânsito de pesados. -----

Com efeito, esta via precisa de ser acompanhada, a Câmara Municipal logo que o trânsito seja desviado, e que a Via Distribuidora entre em funcionamento, tem intenções de fazer a requalificação. Existe projecto para a primeira parte, a parte que vai até à zona industrial, e depois uma manutenção, uma requalificação da parte seguinte. Mas para a primeira parte há já um projecto específico que será encetado logo que a Via Distribuidora entre em funcionamento. -----

Também os acessos à Via Distribuidora já estão a ser estudados e estão a ser trabalhados. São precisas ali melhores ramificações, ou seja estamos atentos, estamos preocupados, e vamos continuar a trabalhar na Rua Central da Fervença, e essencialmente na Via Distribuidora, porque muito do que se passa na Fervença depende muito daquilo que conseguirmos fazer e, nomeadamente dos timings da Via Distribuidora. -----

Quanto à Rua Central da Retorta vou ter a possibilidade de amanhã conhecer melhor o problema, no lugar. Não adianta estar agora a dizer muita coisa porque efectivamente não conheço bem o problema, mas com certeza que amanhã teremos a oportunidade, de ouvir também algumas opiniões dos moradores. Será possível tomar algumas medidas de forma a minimizar o perigo que existe e certamente também iremos fazer isso. -----

Relativamente a Sobrado já estive duas vezes com o Senhor Presidente da Junta, lá em Sobrado; já percorremos quase Sobrado todo, ele não dispensou um cantinho que fosse, porque fomos de Jipe e só assim é que era possível. Percorri também a A41, pelo menos na parte de Sobrado. Hoje,

ainda não conheço tão bem o seu prolongamento na parte de Campo, como no sector da freguesia de Sobrado que já visitei. -----  
De facto, há ali fortes motivos de preocupação e esta preocupação tem que se manifestar agora e enquanto ela está em construção, porque sabemos que depois de estar construída eles vão-se embora, começam a cobrar as portagens e ponto final. Nós é que ficamos cá, com os problemas. -----  
Estamos preocupados com as linhas de água; estamos preocupados com a destruição envolvente, quer de vias, quer de passeios que estão a fazer, estamos preocupados com reposições de vias, algumas secundárias, e estamos extremamente preocupados - e já transmiti isso ao Senhor Presidente - numa ligação privilegiada ao novo nó das portagens da A41 que serve Sobrado, mas que já pertence ao concelho de Paredes. -----  
Neste momento ainda não está segura uma ligação digna e eficiente à via da Lomba, que eventualmente terá um novo traçado e já falei também com o Senhor Presidente. Está em estudo um novo traçado e é possível, nesta altura, com a passagem da A41 redefinir um novo traçado da via da Lomba, possivelmente mais útil para Sobrado, e também essa ligação à rotunda que vamos ter já na fronteira com Paredes. -----  
Esta situação preocupa-nos. Estamos no terreno e a tentar marcar reuniões com a concessionária para que, de facto tudo isto seja analisado e seja implementado. A Câmara em conjunto com os técnicos está a fazer esse trabalho de acompanhamento e de pressão junto da concessionária. -----  
Devo dizer também que o cruzamento da Lomba é uma grande preocupação porque há ali muitos pontos negativos para o trânsito, inclusive a ocorrência de acidentes mortais. Inicialmente estaria previsto criar ali alguma segurança, cortando a recta. Neste momento e, por sugestão do Senhor Presidente da Junta está a ser feito um estudo e, tal como o Senhor Presidente da Câmara tinha dito, existe a possibilidade de construção de uma rotunda, que faça ali a ligação da via da Lomba à 209. -----  
Estamos nessa fase. Mesmo um pré estudo que o Senhor Presidente da Junta tem, está igualmente a ser analisado.

-----  
Para a requalificação da 606 já há projecto; já há levantamento cadastral; o processo burocrático está em andamento, esperamos ter tudo em ordem, e é uma das vias que terá uma candidatura, no próximo ano, ao QREN. -----  
Portanto esperamos também que a 606 avance. Da nossa parte estamos a fazer tudo aquilo que é possível, em termos de projecto e em termos administrativos. A candidatura será apresentada no início do próximo ano, e esperamos ser bem sucedidos para que as obras avancem.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à consideração da Assembleia a continuação do Período Antes da Ordem do Dia no final da reunião, o que foi aceite por unanimidade. -----

De seguida informou que a Câmara Municipal iria retirar o ponto 2.1 Aprovação do regulamento de liquidação e cobrança de taxas e outras

receitas municipais, e relatório de fundamentação económico-financeira das taxas e outras receitas municipais, -----

Colocou seguidamente à discussão o ponto 1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2009-11-28. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS Diomar da Silva Ferreira dos Santos** informou que na reunião relativa à acta em discussão tinha feito um ponto prévio que não consta da acta. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos Cunha** informou que essa intervenção não tinha ficado gravada, esclarecendo que a acta é um resumo daquilo que se passa numa reunião e que, um Grupo Municipal, ou Deputado, se entender que algumas intervenções sejam escritas na totalidade deve fazê-lo por escrito. Por isso é que as actas são enviadas previamente aos membros da Assembleia. -----

Solicitou que futuramente e antes da acta ser colocada à discussão na reunião fossem transmitidas as alterações pretendidas. -----

O Senhor **Segundo Secretário Joaquim Jerónimo Pereira** fez a seguinte intervenção: -----

“Quando sou confrontado com o texto, na fase do alinhamento final da acta, a contribuição que posso dar no sentido de a tornar minimamente legível e fidedigna, não descaracterizando as intervenções, só pode ser feita mediante aquilo que foi dito ao microfone, porque a Assistente Técnica só me faz chegar aquilo que foi efectivamente dito e gravado. -----

Como o Senhor Deputado não o fez e, como a acta é um resumo fiel do que foi gravado, esse ponto não foi relevado; agradecia que o Senhor Deputado nos fizesse chegar esse ponto prévio para poder constar da acta em causa.” -

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação o ponto 1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2009-11-28, sendo aprovada por maioria com trinta e um votos a favor e uma abstenção por não ter estado presente na reunião. -----

Deu de seguida a palavra à Câmara Municipal a fim de justificar o motivo pelo qual retirou o ponto 2.1 Aprovação do regulamento de liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais, e relatório de fundamentação económico-financeira das taxas e outras receitas municipais da Ordem de Trabalhos. -----

O Senhor **Vice-Presidente da Câmara João Paulo Rodrigues Baltazar** fez a seguinte intervenção: -----

“Embora pense que seja claro para toda a gente é importante que fique registado na acta. -----

Efectivamente, a nossa decisão de retirar este ponto tem a ver com a coerência com o que estava pré acordado e que, neste momento, mais do que uma suposição é já um facto: existe o tal período transitório. -----

Portanto, e tal como tinha sido acordado na perspectiva de todos os Partidos Políticos representados na Assembleia Municipal, a Câmara Municipal foi incumbida, na última Assembleia de promover a constituição de uma

Comissão específica para que possam colaborar na revisão desse documento. -----

Portanto, não faria sentido estar agora a votá-lo porque ficaria sem efeito, e é só por essa razão que nós propomos a retirada do ponto.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a admissão da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS anexa à presente acta como **Doc.10**, sendo admitida por unanimidade. -----

De seguida colocou à votação a admissão da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal Coragem de Mudar anexa à presente acta como **Doc.9**, sendo admitida por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à discussão a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS anexa à presente acta como **Doc.10**. -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** fez a seguinte intervenção: -----

“Relativamente à proposta de abolição de taxa das rampas fixas já na reunião anterior se falou sobre o assunto. Agora venho apenas reiterar aquilo que disse na altura: acho extemporânea a abolição. Está em causa apenas um item de um documento, que tem uma lógica subjacente. -----

Portanto, nós entendemos que não deve ser objecto de abolição uma das taxas incluídas nesse documento. Está designada já a Comissão que vai estudar esta questão, e se entenderem que é o caso, e se calhar até virão a entender, o próximo regulamento já não terá esta taxa. -----

Porque entendemos ser extemporânea vamos votar contra esta proposta de abolição das taxas das rampas.” -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do BE António Fernando Correia Monteiro** fez a seguinte intervenção: -----

“Sobre esta questão queria só lembrar que tem sido consensual, e já no mandato anterior, a injustiça que deriva da aplicação da taxa das rampas. ----

Portanto temos aqui uma oportunidade, em termos práticos, de concretizar uma medida que vai ao encontro das posições que, de certo modo as várias forças políticas têm assumido em vários momentos, inclusive na campanha eleitoral, e que, de resto, encontrará uma boa receptividade nos municípios, por isso entendemos que essa taxa deverá ser abolida. -----

Tínhamos intenção de fazer aqui uma proposta, mas como é óbvio o Partido Socialista apresentou uma proposta neste sentido e nós votaremos favoravelmente a proposta. -----

Queria só lembrar aqui, e principalmente ao Grupo Independente Coragem de Mudar, que faz aqui uma recomendação no sentido de que se deixe de taxar ou seja, que a Câmara deixe de cobrar até estar pronto o novo regulamento. Isto não passa de uma recomendação, que é feita à Câmara e depois a Câmara irá levar por diante ou não! -----

Portanto, eu penso que esta Assembleia tem competência para exercer o direito de abolir a taxa de rampas, e penso que é isto que esta Assembleia deve fazer. -----

Aliás, não quero estar a repetir coisas que já se disseram. Todos nós falamos na abolição da taxa de rampas, inclusivamente com compromissos públicos de abolição. -----

Portanto, penso que devíamos aproveitar esta oportunidade de exercer as competências que temos que é da abolição da taxa de rampas.” -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar João Loureiro de Castro Neves** fez a seguinte intervenção: -----

“Foi um dos nossos compromissos eleitorais, sentimos honra disso e ainda mais pelo facto do PS ter ficado tão impressionado que assumiu essa abolição também e com toda a legitimidade. -----

Por outro lado e, em parte como resposta à posição do Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, achamos que a taxa das rampas deve ser abolida, que a taxa é injusta e ilegítima; achamos isso desde o princípio, vamos defendê-lo e evidentemente esperamos que a Comissão que vai funcionar faça essa proposta. -----

Agora, achamos também que as coisas devem ser feitas de uma certa maneira ou seja, vai ser, porque está na forja a constituição da tal comissão, que vai trabalhar. Estas coisas têm que ser feitas com seriedade, com calma. Para nós não faz sentido agora, de repente, atropelarmos uma comissão que está proposta para fazer a revisão. Isso para nós repito, não faz sentido, achamos que é puro foguetório. -----

Portanto, somos contra as taxas das rampas, mas obviamente vamos votar contra esta proposta, porque é uma proposta extemporânea, não faz sentido. Essa proposta tem que vir da comissão, e virá de certeza, porque se não vier nós teremos a iniciativa de a propor na Câmara. Obviamente, não faz sentido neste momento votar a abolição de uma coisa que está ainda para ser discutida. -----

Portanto, vamos votar contra esta proposta do Partido Socialista, não que discordemos, repito para amanhã não aparecer no jornal: nós somos contra a taxa das rampas, elas fazem parte do nosso compromisso eleitoral desde o início, agora achamos que isto não é assim que se faz. Faz-se com calma, com ponderação e essa ponderação depositamo-la na comissão que está a trabalhar sobre isso.” -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** fez a seguinte intervenção: -----

“Aquilo que me cumpre aqui, enquanto porta-voz do Partido Socialista na Assembleia, e primeiro subscritor desta proposta em concreto aqui e hoje, é naturalmente defender a bondade da proposta. -----

-----Mas antes e porque ainda temos algum tempo, gostaria de fazer um apelo à consciência de todos os eleitos desta Assembleia. -----

Qual é o sentido que tem o funcionamento democrático da nossa sociedade, e neste caso a eleição de uma Assembleia? Nós somos eleitos para transformar. O colega Deputado do Bloco de Esquerda tocou aqui na questão de fundo: nós temos hoje uma oportunidade de mudar. -----

Mudar, significa algo de tão simples quanto isto: a partir do dia um de Janeiro, aprovando esta proposta, não é mais cobrada a taxa das rampas no Município de Valongo. -----

Sobre a sua injustiça, sobre a sua iniquidade estamos esclarecidos, ninguém contesta. Aliás, ouvindo com atenção todos os representantes que falaram sobre este assunto, percebe-se que estão todos de acordo com a eliminação desta taxa. -----

O que acontece na prática, e penso que não é nada abonatório para uma Assembleia Municipal aos olhos da população, quando tem a oportunidade de mudar uma coisa a sério, que é abolir uma taxa, entra num compasso de espera. -----

O Senhor Deputado que me antecedeu é o primeiro subscritor de uma proposta de recomendação. Eu não contesto o que veio aqui propor, mas na prática o que é a proposta de recomendação no sentido de instruir os serviços, de se absterem de praticar actos administrativos de liquidação e de cobrança de taxas de rampas a partir do próximo dia um de Janeiro. E se o funcionário da Câmara se recusar a cumprir este tipo de orientação? É que isto não é legal. -----

Há um princípio que é fundamental no funcionamento da administração pública, que é o princípio da legalidade. -----

Se o regulamento está em vigor - que é o regulamento actual - prevê a cobrança de taxa de rampas, objectivamente, nenhum funcionário poderá deixar de aplicar o que está no regulamento. -----

Qual é o problema? Não votam favoravelmente porque é o Partido Socialista que está a propor? Nós temos abertura para aprovarem o que quiserem, em nome da população. Agora a questão de fundo é porque a chancela é do Partido Socialista? -----

Os Senhores, e bem, propuseram na campanha eleitoral, tão simplesmente isto: abolir a taxa de rampas. O Partido Socialista diz o mesmo: abolir a taxa de rampas. -----

Então hoje e aqui, que temos uma oportunidade de ouro, temos que fazer um compasso de espera até Abril? Ninguém percebe, isto é um jogo que é pouco compreensível e não dignifica esta Assembleia Municipal. -----

Eu espero que não me interpretem mal, mas na prática é isto que se passa. - Não é suficiente dizer que o próximo regulamento já não trará esta taxa, porque objectivamente vão nascer problemas enquanto vigorar o regulamento actual. Eu quero ver quem é o funcionário que vai cumprir uma instrução neste sentido. -----

Um funcionário da Câmara pode-se recusar a cumprir uma orientação dessa natureza, porque tem que cumprir o que está no regulamento. -----

Eu queria fazer um apelo. Já o disse na última reunião: o Partido Socialista depois das eleições, não traz cá para dentro nenhum tipo de ódios, estamos abertos. O senhor Deputado falava há pouco em criarmos aqui um grupo de reflexão. Há mais de quinze anos que andamos a defender isso, o Partido Socialista há mais de quinze anos que defende isso. Estamos abertos. ----- Agora, dêem um sinal que querem mudar a vida das pessoas. E isto é um sinal claro. É por isto que vale a pena andar na política, se não andamos aqui nos jogos. Não há aqui anjos e demónios, não há aqui só anjinhos. Se entramos neste tipo de jogo a população vai perceber o que é que está em causa, e hoje temos uma oportunidade histórica: acabar com a taxa das rampas. -----

Faço um apelo a todos os eleitos aqui nesta Assembleia Municipal para serem sensíveis a este argumento: é uma vitória de todos; o Partido Socialista propôs; podia ter sido outro Partido. Vamos mudar a vida às pessoas, aprovando isto.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou a votação a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS anexa à presente acta como **Doc.10**, que foi reprovada por maioria com a seguinte votação: -----

**Votos a favor:** 13 votos a favor, sendo: 11 votos a favor do Grupo Municipal do PS, 1 voto a favor do Grupo Municipal do BE e 1 voto a favor do grupo Municipal da CDU. -----

**Votos Contra:** 19 votos contra, sendo: 10 votos contra do Grupo Municipal do PSD, 6 votos contra do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 2 votos contra do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto contra do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** fez a seguinte Declaração de Voto: -----

“O Partido Socialista de Valongo entende que um compromisso eleitoral é algo que deve ser respeitado até ao limite do possível. -----

Na Assembleia Municipal do dia 14 de Dezembro de 2009, a primeira Assembleia Ordinária deste mandato, ficou claro o quanto de hipocrisia existe no tratamento de questões fundamentais para a vida das famílias, e para a vida das empresas.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à discussão a Proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Municipal Coragem de Mudar anexa à presente acta como **Doc.9**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu gostava de informar o seguinte, para aqueles que ainda não sabem: -----

Na passada sexta-feira - e eu tenho aqui dois projectos, o do PSD e o do PS - na Assembleia da Republica, que é uma Assembleia maior mas parecida com esta, os dois Partidos entenderam-se no plano nacional para, em relação ao regime geral das taxas das autarquias locais fazerem uma única

alteração, que foi aprovada por unanimidade de todos os 230 Deputados representados na Assembleia da República, e que diz o seguinte: -----  
É importante aprovar isto porque tem a ver com a Moção de Resolução que vamos agora aqui discutir, ou votar, a Proposta de Resolução, e isto é comum para verem o entendimento de questões que são fundamentais: -----

Artigo único, é alterado o artigo 17º, da Lei número 53-E/2006, que é a lei que cria o regime de taxas das autarquias locais, e que passa a ter a seguinte redacção: as taxas para as autarquias locais actualmente existentes são revogadas em 30 de Abril de 2010, salvo se a esta data os regulamentos vigentes forem conformes ao regime jurídico aqui disposto, os regulamentos vigentes forem alterados com o regime jurídico aqui previsto. -----

Esta Proposta de Resolução na prática diz que o regulamento de taxas relativas à realização de operações urbanísticas, e a tabela de taxas anexa, entram em vigor o mais tardar no dia seguinte ao do termo fixado no artigo 17, que eu li, na nova redacção aprovada. -----

O ponto dois com entrada em vigor dos regulamentos e tabelas de taxas referidos nos antecedentes ponto um, são revogados os anteriores regulamentos municipais de taxas que não estejam em conformidade com o regime fixado pelo regime geral de taxas.

-----  
Ou seja, isto é uma mão cheia de nada, na prática corresponde aliás a uma proposta que o PS fez na última Assembleia Extraordinária, pela voz do Deputado Ilídio Lobão, que numa óptica de bom senso propunha exactamente a mesma coisa, mantendo as actuais tabelas, os actuais regulamentos, até à entrada em vigor do novo regime. -----

Estamos disponíveis para construir, mas também tendo presente que percebemos o valor das propostas, esta proposta é uma proposta inócua, isto está previsto na lei, porque os projectos de lei foram aprovados, já são Lei. ---  
O Partido Socialista tendo presente todas estas considerações, vai viabilizar naturalmente esta proposta votando abstenção, porque entende que dessa forma está a viabilizar uma proposta de resolução, mas que na prática é o que foi aprovado já em lei, na Assembleia da República. -----

O que fica provado nesta Assembleia é que alguns eleitos não conseguem ir além das barreiras do ódio, das barreiras que não são das diferenças porque, aquilo que nos traz aqui é tentar encontrar as melhores soluções para os problemas da população. -----

Hoje aqui ficou claro pelo que aconteceu no ponto anterior, e neste ponto em concreto, que há pouca disponibilidade para isso, o que é um facto naturalmente lamentável. -----

Portanto, como disse, e pelas razões que disse, o Partido Socialista vota abstenção com intenção de viabilizar a proposta, porque não nos move nenhum sentido de criar problemas, e porque entendemos que tem que se encontrar uma solução” -----



O Senhor **Deputado do grupo Municipal do PS Diomar da Silva Ferreira dos Santos** fez a seguinte intervenção. -----

“Estou muito baralhado Senhor Presidente, e queria que a Mesa me explicasse. -----

Não discuto os considerandos, discuto a resolução. Mas será que nós podemos votar contra uma decisão que foi tomada na Assembleia da República, dizendo que num dia determinado vai entrar em vigor um determinado regulamento? -----

Será que nós podemos alterar a lei dizendo que o regulamento da Câmara de Valongo não está conforme a lei geral que aprova os regulamentos? -----

Isto é perfeitamente inócuo e eu sinto-me envergonhado com uma proposta destas, peço imensa desculpa, mas isto de facto não diz nada. -----

Eu gostava que algum jurista explicasse, mas isto parece-me uma proposta perfeitamente inócua, que não vale nada, e lamento dizer, só serviu para lançar poeira para os olhos da população. -----

Um Grupo que prometeu, foi ao Notário registar as promessas, e não teve coragem, quando foi possível, de alterar uma decisão da Câmara que é iníqua. Depois ainda faz um papel destes propondo aquilo que a gente não pode votar. Obviamente que a situação criada não é da nossa responsabilidade, mas sim da Assembleia da República. -----

Mas se isto for posto à votação não voto nem sim nem não, nem me abstenho, saio da sala”. -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** fez a seguinte intervenção: -----

“Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Diomar, só lhe queria dizer o seguinte: -----

Efectivamente aquilo que foi aprovado, o que estabelece é que; os regulamentos que estão em vigor cessam a sua vigência no dia 30 de Abril, mas podem entrar novos regulamentos em vigor, já alterados. -----

Isto é, o nosso regulamento entraria em vigor no dia 1 de Janeiro com toda a legitimidade porque não estava a contrariar lei nenhuma, era válido e eficaz, podia-se aplicar, e consagrar o conjunto das novas taxas. -----

Em resumo, o que está agora em causa é tão só, prolongar a entrada em vigor do diploma para o dia 1 de Maio, e portanto é isto que estamos a fazer.

Relativamente ao Senhor Deputado José Manuel Ribeiro, vai desculpar-me mas tenho que lhe fazer uma crítica por falta de coerência, uma vez que existe diferença objectiva entre o que se discute hoje e o que se discutiu na última reunião. -----

De facto, na última reunião não tínhamos nada aprovado. Previa-se que poderia ser aprovado porque ia ser apresentado um projecto de lei na AR, no sentido de prolongar a entrada em vigor da nova lei. -----

Mas, e apesar de ainda não haver nada, vocês fizeram a proposta que foi, naturalmente chumbada. Obviamente não se ia votar a favor de um documento que colocava a Autarquia Local na contingência de chegar a

Janeiro e não poder cobrar taxas porque poderia acabar automaticamente a vigência dos respectivos regulamentos -----

Neste momento e porque não é a vossa proposta, vocês vão votar abstenção. Conclui-se que viabilizam a passagem, porque supostamente nós vamos votar a favor, a Coragem de Mudar votaria a favor, e passaria, porque é a proposta deles. -----

Mas há uma evidente falta de coerência na vossa atitude, se relacionarmos o ponto em discussão com a proposta da sessão anterior, que foi reprovada. ---  
Estão muito interessados em aliviar a carga dos nossos munícipes mas isso é comum a todos nós, porque é suposto todos pagarmos. Eu pago taxa de rampas e, se calhar, sou das poucas desta Assembleia a pagar taxa de rampa, mas pago. -----

O Sr. Deputado está preocupado com os munícipes por pagarem taxa de rampas, mas a verdade é que com esta proposta que está agora em discussão, os nossos munícipes vão ficar quatro meses aliviados do agravamento de taxas, que estava previsto entrar em vigor a partir de Janeiro. Portanto a coerência política tem que se preservar; tem que haver preocupação com os munícipes, quer de propostas vossas, quer das propostas dos outros grupos. Apesar desta proposta não ser do PSD, eu estou no essencial a defender a oportunidade da proposta e afirmar desde já que vamos votá-la favoravelmente, porque consideramos que é coerente. Vai entrar em vigor quando a lei determina que entre em vigor, ou que pode entrar em vigor.” -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS Diomar da Silva Ferreira dos Santos** fez a seguinte intervenção: -----

“A Senhora Deputada teria razão se a Câmara não tivesse retirado o ponto.” -

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** fez a seguinte intervenção: -----

“Senhora Deputada já que referiu o meu nome e falou em coerência, devo recordar-lhe o seguinte: -----

Primeiro ponto: questões de falta de coerência não é comigo, eu afasto-me para o lado. Deve ser aqui para trás. Eu não fui ao Notário. -----

Segundo ponto: na última reunião - e não é sério vir aqui contar a história ao contrário - o que aconteceu, foi uma reunião convocada com carácter extraordinário, com diversos pontos na Ordem de Trabalhos, nomeadamente, discussão e votação dos dois regulamentos. Não foi o Partido Socialista que propôs isto à Mesa. -----

Eu estive na mesma reunião que a senhora Deputada esteve. Foi um pedido, com carácter de urgência, da parte de Câmara à Assembleia que correspondeu e bem, agendando uma reunião Extraordinária. -----

Portanto, não colhe vir aqui dizer que fomos incoerentes. Não, não fomos incoerentes. Aliás a Senhora Deputada o que põe aqui em causa é a palavra das pessoas, porque tanto quanto sei o Vereador Afonso Lobão na reunião da Câmara informou o Senhor Presidente da possibilidade de poder vir a ser

prorrogado o prazo da entrada em vigor da lei das taxas, informação que também existia dentro do PSD. -----

A Câmara tem os mesmos canais que nós temos. Pertencemos a um grande Partido, e portanto a informação no nosso partido circula, e nós sabemos. Há ainda uma vantagem. Estando eu na Assembleia conheço os projectos, mas a Senhora Deputada também conhece, qualquer cidadão, vai ao site do Parlamento e estão lá disponíveis, todos os dias e à hora que entrem. -----

Nós informamos que havia essa intenção, no entanto a Câmara forçou a vinda a esta Assembleia de vários assuntos, designadamente os dois regulamentos. Aquilo que o Partido Socialista fez, e fez bem, porque podemos, foi questionar a intenção escondida da parte da Câmara Municipal, em forçar a votação de dois regulamentos que de forma genérica trazem um aumento de quase todas as taxas -----

Portanto, o Partido Socialista o que disse, e repito foi: não vamos fazer isso à população e às empresas porque não estão em condições de ser penalizadas; estes regulamentos trazem um aumento das taxas de forma generalizada, apesar de uma ou outra taxa que desce, o grosso aumenta. O Deputado Ilídio Lobão foi claro, inclusive dizendo qual era o número e o aumento das taxas. -----

Aquilo que fizemos foi tentar encontrar uma situação de bom senso dizendo; a Câmara precisa destas taxas, porque tem compromissos e, não fomos nós quem criou dificuldades à Câmara, foi o Senhor Presidente de Junta de Alfena que inviabilizou o regulamento. -----

Portanto, não venha aqui dizer que somos incoerentes. O Partido esteve sempre, desde o início, disponível para encontrar uma solução que fosse justa, que era manter a cobrança da actual tabela de taxas. -----

Finalmente, Senhor Deputado não diga que somos incoerentes porque não é verdade. Nós não vamos ao Notário certificar o que dizemos, nós demonstramos no dia-a-dia.” -----

O Senhor **Vice-Presidente da Câmara João Paulo Rodrigues Baltazar** fez a seguinte intervenção: -----

“Senhor Presidente, no meio da natural incandescência do seu discurso o Senhor Deputado usou vários termos para reprovar as atitudes da Câmara, e a seguir refere-se ao PS como entidade externa a tais atitudes. -----

Pois, eu queria dizer ao Senhor Deputado, repetindo o que já ficou em acta, que o Senhor, por vezes, está distraído. Lembro-lhe que a atitude que o Senhor considera reprovável foi tomada por unanimidade da Câmara. -----

Foi uma decisão que a Câmara tomou unanimemente, repito. Se o Senhor Deputado não tiver ouvido bem da primeira ouve agora pela segunda vez. Seja-me permitido fazer aqui um parêntesis para lhe dizer, que não entendo muito bem a relevância da sua auto denominada responsabilidade quando diz que, qualquer Partido baseado em circuitos internos vai tomar decisões que podem afectar a vida dos munícipes. -----

Senhor Deputado, o entendimento da Câmara Municipal na altura foi de que, apesar de haver a possibilidade de um adiamento da entrada em vigor desta exigência, a Câmara Municipal, tomou a decisão conscientemente, de manter o processo tal e qual vinha sendo seguido, decisão assumida também por todas as forças políticas presentes na Assembleia Municipal, ou seja: no caso de haver este prolongamento de prazo faríamos o que hoje acabamos por fazer aqui. E fazemo-lo hoje essencialmente por uma simples razão: ----- Como na Assembleia Municipal anterior não havia ainda qualquer resolução da AR estamos a fazê-lo hoje porque já há a confirmação de uma resolução da Assembleia da República sobre o problema em discussão. -----Portanto nós, na Câmara Municipal de Valongo, não tomamos atitudes, influenciadas e/ou baseadas em informações que flúem dentro dos aparelhos partidários. Nós tomamos decisões baseadas em situações relevantes para o Município sendo elas próprias que nos influenciam quanto à prioridade a tomar. Isto que fique bem claro. -----

Senhor Deputado, eu, não compreendo muito bem quando o Senhor fala em atitude reprovável o que quer insinuar. Fica-lhe, a meu ver, bastante mal, e por outro lado não percebo a maneira como o Senhor se quer distanciar de um outro PS. Volto a dizer-lhe: no Executivo foi entendido, por todos, que a atitude tomada era a melhor atitude.” -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu queria dirigir-me à Assembleia, e principalmente às pessoas que nos acompanham da parte do público. Principalmente a esses, porquê? ----- Porque na Assembleia todas as estratégias estão definidas, todos nós sabemos o que queremos, e temos as coisas mais ou menos alinhadas. ----- No início deste mandato, tendo em conta os resultados eleitorais, os especialistas na matéria auguravam para esta Câmara uma provável ingovernabilidade, e porque não há maioria absoluta, seria um facto a ter em conta, e isso tornou as pessoas preocupadas, toda a gente estava preocupada, porque a Câmara provavelmente poderia não chegar ao fim. ----- Na maneira de ver da CDU isto é apenas uma ilusão, porque tudo o que está aqui a ser discutido, na nossa opinião, é um pouco teatral, porque no essencial, e desde a primeira Assembleia, ficou claro para todos que os problemas principais que esta Câmara tem para resolver, vai resolvê-los, ou com o apoio de um, ou com o apoio de outro grupo. ----- Normalmente aquilo que está aqui mais em causa é uma questão de ciúmes, mais nada, porque até aqui tudo tem passado, só não passou uma coisa por distração de um Deputado, se não tudo tinha passado na boa. ----- Por isso as pessoas que fiquem descansadas que tudo isto vai ser governado a bom termo. -----

Em relação à questão da proposta que está em causa, tendo em conta que a lei que vai entrar em vigor, na nossa maneira de ver vai sobrecarregar, e de

que maneira, a população de Valongo. Mas isto vem abrir a possibilidade de protelar por mais alguns meses - portanto um alívio – e, nesse aspecto nós vamos estar de acordo, e portanto vamos votar a favor.” -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** fez a seguinte intervenção: -----

“Senhor Vice-Presidente da Câmara, o que eu disse é claro e mantenho. ----- Quando eu me referia ao reprovável comportamento da Câmara, repito reprovável, não me interessa estar aqui a criar falsos conflitos. O PS não tem conflitos, o PS já resolveu os seus problemas e portanto não vem para aqui criar problemas. -----

Agora vou dizer-lhe Senhor Vice-Presidente: desde o dia 27 de Novembro que está na Internet, disponível para todos os portugueses, o projecto de lei do seu Partido. E quando eu falo de canais dentro dos Partidos, não é nada de tenebroso nem de secreto. Isto é público desde o dia 27 de Novembro, é o projecto-lei que foi votado por unanimidade para alterar o regime geral das taxas das autarquias locais, e diz o seguinte: -----

Na exposição de motivos desta matéria, estamos a falar das taxas, o que diz e é muito claro o PSD, é importante que se saiba, porque esta é a verdade dos factos, diz que, justificando naturalmente este diploma, do ponto de vista democrático é um regime que pretende assegurar, sobre o regime das taxas, o esclarecimento da racionalidade e controlabilidade das decisões de adopção e fixação de taxas, do ponto de vista político é um regime que confere transparência e possibilidade de fiscalização pelas populações das deliberações relativas à tributação municipal, sem prejuízo do que foi dito e seguindo e avançando diz o seguinte: -----

Por um lado, isto é assinado pelo Grupo de Deputados do PSD, a ocorrência do ciclo eleitoral com três actos legislativos em todo o País, e em particular das eleições autárquicas em 11 de Outubro de 2009, geraram um compreensível e inevitável abrandamento das actividades autárquicas, incluindo a de revisão dos regulamentos de taxas. -----

Mais, legitimamente vários autarcas cujos processos de revisão de taxas municipais se encontravam em curso suspenderam a alteração do regime de taxas em período pré-eleitoral e eleitoral, como forma de respeitar a legitimidade democrática dos novos titulares dos Órgãos Autárquicos, que iniciaram funções já perto do final deste ano de 2009. -----

Isto está na proposta do PSD, e é preciso recordar que esta Câmara, presidida pelo Dr. Fernando Melo, em Março deste ano, colocou os dois regulamentos em consulta pública; o regulamento que tem as taxas daquilo que diz mais respeito às pessoas, como por exemplo, o custo de utilização das piscinas e nem sequer o estudo económico-financeiro foi para a Internet, nem sequer foi para o Diário da Assembleia da República, e não suspendeu.

A Senhora Vereadora que na altura estava na Câmara, em representação do Partido Socialista, não me lembro de a ouvir falar no assunto. Portanto há claramente aqui um comportamento errado. Tentaram esconder esta

realidade das pessoas, porquê? Porque hoje o que a Câmara queria fazer era tornar a vida dos cidadãos mais cara, quase todas as taxas de utilização das piscinas aumentam, quase todas as taxas aumentam, é inadmissível.” ---

O Senhor **Vice-Presidente da Câmara João Paulo Rodrigues Baltazar** fez a seguinte intervenção: -----

“Querida dizer-lhe que a Assembleia foi no dia 28, só para o ajudar a organizar-se. Efectivamente a Assembleia foi no dia 28 do mês passado -----

No próprio dia 28 tive a oportunidade de falar com um Deputado, eleito pelo PSD, sobre este assunto. O PSD tinha efectivamente apresentado uma proposta, que ainda não estava agendada. -----

Portanto, fruto deste bom relacionamento, o Senhor Deputado do PSD disse-me que não estando agendada a discussão do ponto não era seguro dar o assunto como adquirido. -----

Portanto, foi também com base nisto que nós fizemos o que fizemos. Querida salientar, que o Senhor Deputado convenientemente, centrou mais a sua intervenção sobre a proposta do PSD. Não sei se foi tendo por base o processo de cópia ou sobre a proposta do PSD. -----

Porque se pegasse na proposta do seu Partido via que ela só deu entrada no dia 4 de Dezembro, uns dias depois da nossa Assembleia Municipal. -----

Portanto, Senhor Deputado faça as contas e veja onde é que está a coerência. Da nossa parte fomos absolutamente coerentes naquilo que afirmamos desde o início. -----

Querida dizer-lhe relativamente ao último comentário que fez, e em que reclamou energicamente pelo facto dos documentos em análise terem estado em consulta pública desde Maio, e ninguém aqui ter referido absolutamente nada sobre os mesmos. Eu só queria recordar-lhe que o Senhor também era Deputado na legislatura anterior, e eu nunca o ouvi falar sobre esse assunto.”

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a Proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Municipal Coragem de Mudar anexa à presente acta como **Doc.9**, que foi aprovada por maioria verificando-se a seguinte votação: -----

**Votos a Favor:** 20 votos a favor, sendo: 10 votos a favor do Grupo Municipal do PSD, 6 votos a favor do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 2 votos a favor do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto a favor do Grupo Municipal da CDU e 1 voto a favor do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

**Abstencões:** 12 abstenções, sendo: 11 abstenções do Grupo Municipal do PS e 1 abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à discussão o ponto **3. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente de Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.** Não se verificaram intervenções relativamente a este assunto. -----

Colocou de seguida à votação, a admissão da Moção de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal Coragem de Mudar e anexa à presente

acta como **Doc.8**, sendo admitida por unanimidade, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e aprovado por maioria, verificando-se a seguinte votação: -----

**Votos a Favor:** 8 votos a favor, sendo: 6 votos a favor do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 voto a favor do Grupo Municipal do BE e 1 voto a favor do grupo Municipal da CDU. -----

**Votos Contra:** 1 Voto contra do Presidente de Junta da Freguesia de Campo Alfredo da Costa Sousa do grupo Municipal do PS. -----

**Abstencões:** 23 abstencões, sendo: 10 abstencões do Grupo Municipal do PSD, 10 abstencões do Grupo Municipal do PS, 2 abstencões do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstencão do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

De seguida colocou à votação a proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PS e anexa à presente acta como **Doc.3** sendo admitida por unanimidade; não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e aprovado por maioria, verificando-se a seguinte votação: -----

**Votos a Favor:** 19 votos a favor, sendo. 11 Votos a favor do Grupo Municipal do PS, 6 votos a favor do grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 voto a favor do Grupo Municipal do BE e 1 voto a favor do Grupo Municipal da CDU. -----

**Abstencões:** 13 abstencões, sendo: 10 abstencões do Grupo Municipal do PSD, 2 abstencões do Grupo Municipal do CDS/PP e uma abstencão do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Seguidamente colocou à votação a admissão da Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PS anexa à presente acta como **Doc.2** sendo admitida por unanimidade; não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** fez a seguinte Declaração de Voto: -----

“Votamos favoravelmente esta proposta. No entanto consideramo-la completamente inócua, sem utilidade alguma. -----

Porque a Comissão vai ser constituída por membros da Câmara, sendo certo que também vai ter representantes do Bloco de Esquerda e CDU. -----

É evidente que esta Comissão para trabalhar tem que fazer reuniões com os Serviços que são da Câmara e a Câmara trabalha com os seus próprios Serviços. -----

Além disso a Câmara para fazer este trabalho técnico contratou uma empresa e é evidente que a ela vai recorrer. No que é que esta proposta tem mais do que isso? É pois, completamente inócua; é só querer mostrar serviço.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a admissão da Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU e anexa à presente acta como **Doc.4** sendo admitida por

unanimidade, não se verificaram intervenções relativamente a este assunto foi colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----

De seguida deu a palavra ao Vereador José Pedro Paupério Martins Panzina, em Defesa da Honra. -----

De seguida o Senhor **Vereador José Pedro Paupério Martins Panzina** fez a seguinte intervenção: -----

“O Senhor Deputado quando aqui estava a falar para a Assembleia na posição que a bancada recomenda que fale, e abordando a questão da coerência, disse, se fala de coerência ou incoerência disse, eu desvio-me e portanto essa incoerência vem aqui para trás. -----

Porventura ele esqueceu-se do meu nome, o meu nome é Pedro Panzina, e a Senhora que está ao meu lado é Maria José Azevedo, nós temos nome não somos, aqui atrás. -----

Este aqui atrás tem um sentido. É que eu não tenho exactamente a certeza que o Senhor se desvia quando se fala de incoerência. Porque em matéria de incoerência eu gostava que soubesse que: -----

Primeiro, não aceitamos lições de incoerência nem do Senhor, nem evidentemente de nenhum dos senhores Deputados, mesmo que estejam constituídos em Grupo Municipal, e não aceitamos, por esta razão simples; a Mesa tem a constituição que tem porque os Senhores votaram ao lado do PSD; a Câmara está vazia de competências porque os Senhores votaram ao lado do PSD e, em matéria de competências temos muito que dizer nessa matéria. -----

Em relação ao desvio eu compreendi o sentido. O Senhor desviou-se não foi para que a incoerência nos fosse dirigida, foi para se esconder atrás da coluna, porque é relativamente a si que essa incoerência pode ser dirigida. --- O Senhor não pode dizer, como há bocado foi lembrado, que sabia de um projecto que estava, que aliás não estava, no dia 28 quando reunimos aqui não havia esse projecto, não estava sequer disponível na Internet este projecto no dia 27. -----

Este projecto entrou no dia 27. No dia 28 e no site da Assembleia da Republica não estava; eu tive o cuidado de ir ver no dia 27 à noite, portanto não estava. -----

O Senhor, como Deputado, tinha mais obrigação do que nós de saber isso, é que não estava, como aliás não estava o do Grupo do Partido Socialista que foi o que acabou por ser aprovado. -----

Portanto, é normal que a posição que tivéssemos tomado seja bem diferente da posição que podemos tomar hoje, depois de sabermos o que se passou. -- Em matéria de aprovação das taxas de rampas eu já disse, por duas vezes, e também disse aqui, na última Assembleia Municipal, o Grupo Coragem de Mudar, tanto na Câmara como na Assembleia, aprovará a abolição das taxas de rampas. -----



Os Senhores querem ficar com a bandeira da proposta, podem tê-la, nós oferecemos essa bandeira, mas há uma bandeira que é nossa, é que essa proposta não será abolida sem os nossos votos.” -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** fez a seguinte intervenção em Defesa da Honra: -----

“Eu não aceito, enquanto eleito, e tenho a mesma legitimidade que qualquer um dos eleitos aqui dentro, que se dirijam a mim de dedo em riste, isso não. e mais, o Senhor Vereador em causa deve ter um ego do tamanho do mundo, porque eu não me lembro de referi-lo, aliás quero dizer-lhe: eu não acompanho nada do que o Senhor faz. -----

Portanto o Senhor deve ter um ego do tamanho do mundo porque pensou que eu estava a falar para si; peço desculpa, mas eu não lhe admito que volte a dirigir-se a mim nesses termos.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a aprovação em minuta dos pontos sendo aprovado por unanimidade, dando de seguida por encerrada a sessão. -----

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_

O 1º Secretário: \_\_\_\_\_

O 2º secretário: \_\_\_\_\_